

Ciberespaço e utopia: fronteiras e “lugares nenhuns”

Isabel Brison

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

O texto a apresentar constitui uma reflexão sobre a conceptualização do ciberespaço como espaço independente do real, e em que medida esta espacialização permite a especulação sobre as suas possibilidades utópicas.

Em muito do pensamento de carácter mais utópico sobre este tema, o ciberespaço adquire uma consistência quase geográfica, embora, em simultâneo, se demarque claramente do espaço físico. Tomando como exemplo concreto um dos textos fundadores da discussão sobre o ciberespaço, “A Declaration of the Independence of Cyberspace” de John Perry Barlow, analiso o modo como este texto reforça essa espacialização, através de uma leitura dos conceitos de “utopia” e “fronteira”, assim como da origem literária do próprio termo “ciberespaço”. O termo “utopia” é aqui entendido tanto no seu sentido original de “lugar nenhum”, como no sentido actual de “sociedade ideal”, e procuro demonstrar como, no caso do ciberespaço, as condições de possibilidade para o segundo sentido partem da aplicabilidade do primeiro, assim como da sua identificação com a noção de “fronteira”, remetendo para “terra incógnita”, um território por explorar. O ciberespaço de William Gibson fornece um primeiro modelo de espaço navegável, do qual Barlow aparentemente se afasta, embora mantendo ainda algumas das suas características.

Introdução

Procuro, com o presente texto, sugerir que a popularização do termo “ciberespaço”, através da construção narrativa que lhe deu origem, levou à conceptualização das redes de transmissão e armazenamento de informação como espaços mais ou menos independentes do “mundo real”. Esta espacialização, por sua vez, terá criado condições para a especulação sobre as suas possibilidades utópicas.

“A Declaration of the Independence of Cyberspace”, de John Perry Barlow, é um dos textos mais importantes na discussão sobre o potencial utópico do ciberespaço. Uma das suas premissas fundamentais é a independência do ciberespaço em relação ao espaço real, por ter características que o diferenciam profundamente deste. Este texto será aqui analisado através de uma leitura dos conceitos de “utopia” e “fronteira”, sendo que a origem literária do próprio termo “ciberespaço” será também abordada.

O termo “utopia” é lido primariamente através do seu sentido original de “lugar nenhum” ou “bom lugar”, embora o sentido actual de “sociedade ideal” seja, de certo

modo, inescapável. Procuo então perceber como, no entendimento de Barlow, as condições de possibilidade para uma sociedade ideal estão enraizadas numa espacialidade específica. A importância do conceito de “fronteira” na mitologia da independência americana é uma outra dimensão do texto de Barlow que será aqui explorada. Na origem destas modalidades (ciber)espaciais está a criação de William Gibson, que fornece um primeiro modelo de espaço navegável.

Gibson - a origem do ciberespaço

É bem conhecido que o termo “ciberespaço” tem origem literária. William Gibson utilizou-o pela primeira vez em 1982 no conto “Burning Chrome”, e em “Neuromancer” as suas implicações são exploradas mais a fundo. Mas se o termo é hoje universalmente utilizado para designar as diversas redes de comunicações globais, não é certo que haja uma identidade total entre o seu significado actual e a ficção de Gibson. Qual é, então, a natureza do espaço a que Gibson coloca o prefixo “ciber”?

Recorrendo ao texto de *Neuromancer* para analisar melhor este espaço peculiar, uma frase apresenta-se desde logo inescapável, pois é possivelmente a mais citada desta obra:

“Cyberspace. A consensual hallucination experienced daily by billions of legitimate operators, in every nation, by children being taught mathematical concepts...” (Gibson 1984:67)

Embora a popularidade desta passagem se possa atribuir ao *glamour* da expressão “consensual hallucination”, esta não nos diz tanto sobre a natureza do espaço gibsoniano como o resto da frase: quem experiencia esta alucinação é o operador legítimo, a pessoa que está autorizada e presumivelmente tem formação para tal. Também são mencionadas as crianças que aprendem conceitos matemáticos, pelo que se pode concluir que o conhecimento em primeira mão do ciberespaço não é possível sem uma preparação científica prévia. O acesso e a navegação não são *user-friendly*; este não é um espaço lúdico mas um local de trabalho especializado.

Em relação às características mais propriamente arquitectónicas do espaço, a seguinte passagem é bastante elucidativa:

“And flowed, flowered for him, fluid neon origami trick, the unfolding of his distanceless home, his country, transparent 3D chessboard extending to infinity. Inner eye opening to the stepped scarlet pyramid of the Eastern Seaboard Fission Authority burning

beyond the green cubes of the Mitsubishi Bank of America, and high and very far away he saw the spiral arms of military systems, forever beyond his reach.” (Gibson 1984:68)

Trata-se de um “tabuleiro de xadrez” tridimensional e transparente, ou seja, de uma grelha de coordenadas bem definidas, “distanceless”, sem distância, no sentido em que (como se percebe mais adiante) se pode chegar instantaneamente a qualquer ponto inserindo as suas coordenadas. Nesta grelha encontram-se dispersos vários edifícios de formas geométricas e coloridas: uma “stepped scarlet pyramid”, “green cubes”, “spiral arms”, configurações arquitectónicas que não estariam deslocadas no mundo real, distribuídas em profundidade, perfazendo uma paisagem urbana com coerência perspéctica: a pirâmide por detrás dos cubos verdes, e os sistemas militares num horizonte longínquo.

Este campo geométrico infinito é uma rede de estruturas semelhantes a arranha-céus, monumentos na paisagem virtual que correspondem a corporações multinacionais. É uma outra versão da cidade contemporânea, ostensivamente liberta das limitações do mundo físico mas suportando edifícios construídos pelas mesmas entidades; edifícios esses que, à semelhança dos seus equivalentes “reais”, são quase inexpugnáveis.

No entanto, apesar de preenchido com arquitectura monumental, civil e militar, está em falta neste ciberespaço uma parte fundamental da cidade: as áreas de lazer. Trata-se, então, de uma cidade laboral, direccionada para a produção e não para o ócio ou para o consumo¹³. É um espaço ao qual nem todos têm acesso: distante do conceito actual de net 2.0, é uma grelha densamente urbanizada de corporações e interesses financeiros privados. Quem o percorre é o profissional, o operário especializado, ou o pirata: um outro tipo de operário especializado, a quem Gibson, curiosamente, se refere como “cowboy”.

O que se torna desconcertante ao considerar as funções deste espaço é a existência de uma paisagem: as construções geométricas luminosas, dispostas sobre um sistema de coordenadas, oferecem-se ao olhar. A respeito desta questão, Scott Bukatman considera que Gibson transforma a grelha cartesiana num espaço newtoniano de formas e

¹³ Outros tipos de experiência virtual em Gibson estão mais direccionados para o consumo – notavelmente o “simstim”, mas esse tópico não será aqui desenvolvido. Observe-se apenas que o “simstim” é uma forma de consumo de experiências sensoriais alheias, ou seja, enquanto actividade lúdica, é o oposto de uma vivência social: trata-se de partilhar as sensações físicas de outra pessoa, sem qualquer possibilidade de interacção ou partilha de pensamentos.

forças concretas, limitando o espaço electrónico abstracto de acordo com a capacidade cognitiva do corpo. De facto, para possibilitar a navegação, é necessária a existência de um espaço, e Bukatman interpreta o gesto de Gibson como uma vontade de “conceber o inconcebível”, ou seja, de tornar visualmente legível algo tão abstracto como a circulação de informação (Bukatman 1993:99). Mas, ao espacializar a existência de informação utilizando a grelha cartesiana, ainda que coloque o observador no seu interior, Gibson está no fundo a criar um espaço que existe apesar do que contém; um espaço que ameaça continuar a existir mesmo que dele seja retirada a arquitectura do armazenamento de dados. Essa existência do espaço independentemente da sua função vai crescer em torno do termo “ciberespaço” e vai moldar a percepção do mesmo como um lugar com existência própria.

Barlow – declaração de independência

“Cyberspace does not lie within your borders. Do not think that you can build it, as though it were a public construction project. You cannot. It is an act of nature and it grows itself through our collective actions.” (Barlow 1996)

Em 1996, John Perry Barlow escreve “A Declaration of the Independence of Cyberspace” como protesto contra uma tentativa do governo americano de estabelecer censura na Internet. O manifesto é, como seria de esperar, anti-censura e anti-governo, mas Barlow legitima o seu ponto de vista defendendo a especificidade do ciberespaço como um espaço independente do “mundo real” e invocando, conseqüentemente, a Declaração de Independência dos EUA como precedente.

Barlow define o ciberespaço como sendo o novo espaço de habitação da “Mente”, falando “with no greater authority than that with which liberty itself always speaks” – e invocando de passagem aquela personificação tão americana da liberdade - em nome de um “futuro” não especificado e de uma “comunidade” que se pretende inclusiva: é enfatizado que não há lugar nela para censura ou discriminação em função de raça ou classe social. A sua construção exclui peremptoriamente qualquer função governativa; o ciberespaço será então um espaço independente, autónomo em relação a todos os países “reais”. Esta autonomia deriva precisamente da sua suposta não existência geográfica: é porque este espaço se encontra “ nenhures ” que se declara a sua independência de governos “terrenos”.

Mas quem criou este ciberespaço que Barlow aqui representa? Esta questão é habilmente contornada através de uma tentativa de naturalização da sua existência. Logo no segundo parágrafo, encontra-se a seguinte afirmação: “I declare the global social space we are building to be naturally independent of the tyrannies you seek to impose on us”. Há aqui uma circunscrição algo vaga – um espaço social global que “nós” estamos a construir (sendo que nunca se chega a definir quem é abrangido por “nós”) – e o espaço desta forma delimitado é considerado “naturalmente” independente de tiranias. O que se pretende com a aplicação desta expressão a um espaço construído, cujas características decerto terão sido planeadas pelos construtores?

O uso de “naturalmente” remete para algo que já lá está, independentemente da vontade dos seus construtores, e para uma inevitabilidade da característica em questão. Contudo, é o próprio Barlow quem “declara” o espaço “naturalmente independente”, confundindo o que se tenta fazer passar como uma característica intrínseca ao espaço com uma determinação pessoal e deixando em evidência, deste modo, o artifício da manobra. O termo “natural” é utilizado para fundamentar o que o autor considera correcto; neste caso, como se pode ler mais à frente, o regime ciberespacial demonstra-se avesso a um planeamento governamental pois “It is an act of nature and it grows itself through our collective actions” (Barlow 1996).

A naturalização do ciberespaço evade a questão da sua construção, pois a admissão da autoria governamental e militar desta estrutura dificilmente conviveria com os ideais liberais da declaração. Percebe-se então por que é que o “nós” que permeia o texto é deixado sempre em aberto: é um “nós” que, referindo-se aos criadores do ciberespaço, inevitavelmente teria de incluir o governo ao qual se opõe o manifesto. Esta tensão não resolvida no texto de Barlow será talvez a maior responsável pela sua tentativa de emancipação do ciberespaço em relação ao espaço “real”, através da afirmação de uma tangibilidade que possa suportar a ideia de independência.

A utopia de Barlow – o ciberespaço como espaço

Thomas More localiza uma ficção sobre uma sociedade pretensamente ideal numa ilha chamada “utopia”. Este nome parece ser uma fusão de duas expressões gregas:

outopia – que significa “não lugar” e *eutopia* – “bom lugar”. Embora a negação do objecto através do nome seja uma estratégia comum nesta obra, o que dá peso ao primeiro significado, crê-se que a ambiguidade é deliberada (Romm 1991).

Mais tarde, a palavra “utopia” vai ser utilizada para descrever o próprio conceito de sociedade ideal, aproximando-se mais de “eutopia”. O seu significado transfere-se das qualidades do espaço em si para a estrutura social: de lugar inexistente, ou bom lugar, para sociedade inexistente, ideal no sentido de ser impossível de concretizar, mas especulativamente concebível. O termo “utopia” passa então a designar genericamente toda a literatura especulativa de carácter social, reformista ou revolucionário.

Embora o termo não seja directamente utilizado por John Perry Barlow na sua declaração de independência, esta pode ser proveitosamente lida à luz da ambiguidade entre *outopia* e *eutopia*, dada a importância que tem neste contexto a não-vinculação do ciberespaço a uma localização geográfica.

Quando Barlow se refere ao ciberespaço como um “espaço social global” que consiste em “transactions, relationships, and thought itself”, um espaço constituído por uma rede de comunicações, simultaneamente “both everywhere and nowhere”, refere-se a uma espécie de “lugar nenhum”, um lugar cuja existência não é material. O autor toma precisamente o facto de o ciberespaço não ter localização geográfica como justificação para uma impotência legislativa da parte dos governos terrestres, e procura conferir uma certa inevitabilidade à situação, referindo-se à construção do ciberespaço como “an act of nature”. Barlow naturaliza assim o seu projecto de construção colectiva e anárquica do ciberespaço, dando a entender que esta é a única opção viável para um espaço aparentemente desligado da geografia terrestre, e assumindo que este processo terá um resultado positivo: entrevê-se um mundo de total liberdade de expressão, acessível a todos, sem discriminação. Desta forma, sem referência ao termo “utopia”, confluem no entanto os seus significados: é pela característica de se localizar “nenhures” que o ciberespaço é “ideal” para a construção de um novo projecto de sociedade.

Barlow faz surgir o seu projecto através de uma ideia muito vaga de colectivo; o seu impreciso “nós” aparentemente delimita um conjunto de pessoas que, como ele, pretendem criar um “novo contrato social” *online*. Tal como no enredo de muitas utopias literárias, esta situação pressupõe um grupo que se separa do resto da humanidade e

procura construir uma existência diferente. Verifica-se, contudo, uma diferença importante: os autores das utopias tradicionalmente definem um conjunto rígido de regras de actuação e princípios sociais próprios, enquanto Barlow não pretende impor uma estrutura utópica rígida. A sociedade ciberespacial está em construção, e supõe-se que o “novo contrato social” surgirá “naturalmente”, no decorrer desse processo.

A declaração de Barlow pressupõe em simultâneo a existência legítima e independente do ciberespaço, e a sua divergência radical do espaço físico, características que o tornam ideal, não para a imposição vertical de ideias, mas para a agregação progressiva de uma sociedade utópica. O espaço “mental” que é o ciberespaço parece afastar “naturalmente” qualquer hierarquia de poder. Ao mesmo tempo que o seu potencial para a comunicação fomenta a troca de ideias, a sua imaterialidade torna inaplicáveis as leis que têm efeito no mundo físico. A ausência de corpos permite a ausência de discriminação em função da raça, idade, posição social, assim como a impossibilidade de punição física, o que facilita a liberdade de expressão.

Se o ciberespaço puder ser uma utopia, sê-lo-á precisamente pela sua inexistência física. O “lugar nenhum” não é apenas uma (não) situação geográfica, mas refere-se à própria qualidade do espaço, às suas características. Esta questão também transparece em muita literatura utópica: os espaços criados nas utopias literárias são muito rígidos; a imagem que nos é dada é cuidadosamente construída para fazer transparecer a sua organização social. A utopia é um “lugar nenhum” porque o seu espaço, que nos é dado na visão clara de uma totalidade, é conceptual, mental e não real.

Num texto que antecede em quatro anos a “Declaração” de Barlow, Michael Benedikt chama a atenção para o carácter construído do ciberespaço, comparando-o com a “heavenly city” dos arquitectos (Benedikt 1992). O ciberespaço só existe como espaço mediante a sua arquitectura, ou seja, só depois de ser criada uma estrutura arquitectónica se pode falar em espaço.

Esboçando uma história da arquitectura que caminha no sentido de uma progressiva desmaterialização, Benedikt conclui ser o ciberespaço o próximo passo lógico na investigação arquitectónica. A “heavenly city”, a cidade perfeita, não é mais do que uma utopia urbana, uma visão total encontrada frequentemente em obras de ficção científica. Barlow parece ir ao encontro desta visão, mas com uma importante diferença:

a sua utopia dá preponderância aos habitantes de um espaço aparentemente já existente, enquanto os arquitectos de Benedikt se lançam na construção das estruturas, que presumivelmente serão habitadas mais tarde.

A fronteira

“Do not think that you can build it, as though it were a public construction project”
(Barlow 1996).

Barlow não deseja que o ciberespaço seja urbanizado e regulado pelos governos existentes, mas crê que os “habitantes” formarão eventualmente o seu próprio “contrato social”. Estabelecendo a analogia do governo com uma potência colonizadora, a sua declaração inspira-se na declaração de independência dos Estados Unidos, escrita por Thomas Jefferson. A confluência do discurso de Barlow com a ideologia pastoral de Jefferson é criticada por Richard Barbrook, no texto “HyperMedia Freedom”, como uma tentativa de conciliar o anarquismo da nova esquerda com o empreendedorismo da nova direita (Barbrook 2001). Barbrook aponta o ruralismo de Jefferson como reaccionário, no sentido em que procura manter estruturas sociais antiquadas a par de um progresso industrial inevitável. Historicamente, a progressiva industrialização dos EUA foi empurrando o sonho rural para oeste, para o território que se mantinha ainda por explorar. Mesmo depois de todo o continente ter sido conquistado, o oeste manteve-se, no imaginário popular, como “a place of individual freedom and self-discovery” (Barbrook 2001:51). A convergência desta mitologia com a construção do ciberespaço é invocada pelo nome da “Electronic Frontier Foundation”, co-fundada por Barlow e em cujo *site* se encontra a sua “Declaração”.

O conceito de “fronteira” tem implicações curiosas no contexto da “Declaração de Independência”, remetendo para um território já existente, que é progressivamente conquistado por uma potência colonizadora. Por um lado, o ciberespaço nunca antecede a sua ocupação humana, pois é um espaço construído e não descoberto. Por outro lado, o facto de Barlow fugir sempre à nomeação dos reais construtores do ciberespaço pode indicar que, a algum nível de consciência, a sua “Declaração” é um acto de colonização de um espaço construído por mãos alheias.

A utopia de Barlow, o seu “act of nature”, parece basear-se numa ideia de ciberespaço como uma “terra incógnita”, convenientemente desligada de mapas terrestres, a ser colonizada por seres corajosos que farão surgir uma nova sociedade, livre dos vícios das presentes. Paradoxalmente, o seu modelo é o mesmo que deu origem ao detestado governo americano, e a qualidade do seu ciberespaço – aberto a todos independentemente de raça, riqueza, etc., - parece ter um carácter mais urbano ou cosmopolita do que rural. O que o aproxima bastante de uma ideia de “terra incógnita” é a possibilidade de expansão infinita característica deste tipo de espaço: novos sítios surgem a cada momento, assim como outros deixam de existir. Neste sentido, o ciberespaço é impossível de cartografar de forma definitiva, pois encontra-se permanentemente em mudança. Por outro lado, é um espaço que está, de certa forma, pré-mapeado em pequenas parcelas, no sentido que a sua arquitectura é baseada em código. Se o rigor da construção o aproxima, como já foi dito acima, do espaço conceptual da utopia, a impossibilidade de o visualizar na sua totalidade torna a experiência da navegação mais semelhante ao princípio da “terra incógnita”. Esta, entendida como a terra que está para além dos limites do conhecido, deixa de existir em termos geográficos antes do século XX. Todo o planeta está hoje submetido a alguma forma de controlo humano, pelo que o desejo de explorar é canalizado para outras manifestações (Bey 1985).

Embora o termo não seja utilizado directamente no manifesto, a ideia da fronteira como a vanguarda de uma expansão colonialista, o local onde se constrói o futuro de uma nação, está presente nas referências à criação de uma nova civilização, “the new home of the Mind” (Barlow 1996). Está em construção uma terra cuja especificidade espacial vai, à semelhança da fronteira primordial americana, moldar o povo que a habitará no futuro¹⁴.

Há, no entanto, uma diferença fundamental entre o ciberespaço e uma fronteira geográfica, ou uma “terra incógnita”. O conceito de “terra incógnita”, em particular, reveste-se de uma romantização do factor desconhecido: um espaço por explorar está

¹⁴ Esta ideia foi desenvolvida por Frederick Jackson Turner na sua obra *The Frontier in American History* (1921). Turner considera a fronteira como essencial na formação da identidade americana. Os colonos europeus que se encontram na fronteira rapidamente adquirem hábitos semelhantes aos dos índios; à medida que vão domesticando o espaço é que voltam a emergir os seus hábitos europeus. O americano é precisamente o resultado dessa fusão entre o selvagem e o civilizado.

carregado de potencial, e não se sabendo o que se pode lá encontrar imagina-se tudo o que seria desejável. É uma outra faceta do “lugar nenhum”: um lugar onde se pode projectar o ideal. Geograficamente, pode ser uma terra paradisíaca ou um abismo repleto de monstros. Mapear é, nesse sentido, domesticar, tornar finito.

O espaço *online* é pré-domesticado. O mapa é desenhado no momento em que o espaço é criado: nunca pode ser uma “terra incógnita”. Uma “fronteira” ciberespacial não poderá, então, ter a configuração linear da fronteira terrestre, uma divisão entre “nós” e “os outros”, mas pode conter em si um potencial de expansão infinito. Cada dia, a rede é expandida, novas moradas *online* são criadas. A “colonização” do ciberespaço processa-se criando terra e não conquistando a terra do vizinho.

Conclusão: ciberespaço e utopia

A matriz gibsoniana do ciberespaço aponta desde logo para uma espacialização autónoma desse sistema de transmissão e armazenamento de informação. Se o ciberespaço como hoje o conhecemos não é idêntico ao de Gibson, não se constituindo em torno de uma visualização imediata das agregações de dados, a ideia de um espaço que não é definido por aquilo que contém, até certo ponto, mantém-se.

Esta ideia é muito importante no contexto da “Declaração” de John Perry Barlow, que a leva mais longe com a sua atribuição ao ciberespaço das características da “fronteira” na mitologia americana, ainda que, neste ponto, também se possa fazer remontar a ideia a Gibson: a sua “matrix” é igualmente um espaço de aventura para aqueles “cowboys” cuja ocupação é penetrar os sistemas das corporações. Neste sentido, há uma certa ideia de “fronteira” em Gibson, e a ausência de estruturas governamentais fortes que regulamentem o poder dos privados também encontra eco no liberalismo de Barlow.

Não se pode dizer que os conceitos de ciberespaço de ambos sejam semelhantes, pois o de Gibson é fechado, hierárquico, e o de Barlow não só está permanentemente em expansão como pretende ser a criação democrática de uma colectividade. No entanto, em ambos o governo está ausente, e em ambos os cibercidadãos detêm o poder de construir o seu espaço como entenderem. À luz das motivações que Barbrook atribui a Barlow pela escrita deste manifesto, ou seja, a desilusão com o facto de a privatização do ciberespaço

(que estaria de acordo com a ideologia neoliberal) ter sido acompanhada por uma imposição de censura, descurando liberdades e direitos individuais (Barbrook 1996:50), poder-se-ia dizer que a visão de Gibson não é senão o negativo da de Barlow, ou um exercício de especulação sobre as consequências desta.

Bibliografia

- Barbrook, Richard. (1996) «HyperMedia Freedom», in *Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias*. Cambridge, Mass.: the MIT Press, 2001, pp. 47-58.
- Barlow, John Perry. (1996) «A Declaration of the Independence of Cyberspace». <http://homes.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html> 01-08-2008.
- Benedikt, Michael. (1992) «Cyberspace: First steps», in *The Cybercultures Reader, second edition*. New York: Routledge, 2007, pp. 19-33.
- Bey, Hakim. (1985) «The Temporary Autonomous Zone», in *Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias*. Cambridge, Mass.: the MIT Press, 2001, 401-434.
- Bukatman, Scott. «Cyberspace», in *The Cybercultures Reader, second edition*. New York: Routledge, 2007, pp. 80-105.
- Gibson, William. (1984) *Neuromancer*. London: HarperCollins, 1995.
- More, Thomas. *Utopia*. Trad. Robert Adams. New York: W.W.Norton & Company, 1992.
- Romm, James. (1991) «More's Strategy of Naming in the Utopia», in *The Sixteenth Century Journal*, Vol. 22, No. 2 (Summer, 1991), pp. 173-183.